

Anuário Estatístico de Portugal 2007
(Ano de Edição 2008)

Anuário Estatístico de Portugal

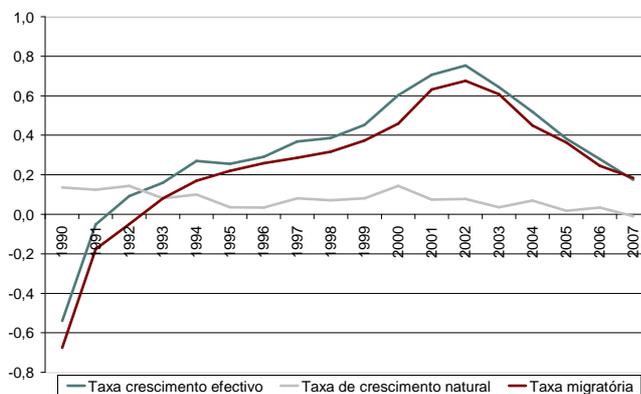
O Instituto Nacional de Estatística divulga o **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2007**. Esta publicação está dividida em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado – e vinte e oito sub-capítulos com tabelas de dados. A publicação inclui uma breve análise sobre a evolução dos principais indicadores, face a 2006, bem como comparações com a União Europeia.

Enquadramento populacional

Em 2007 manteve-se a tendência de evolução que se vem registando nos últimos anos. A população residente vem aumentando desde 2002 a uma taxa cada vez menor, devendo-se os aumentos verificados principalmente ao crescimento migratório. Em 2007, a população residente em Portugal estimava-se em 10 617 575 indivíduos, mais 18 480 do que no ano anterior, representado um crescimento de 0,17%. A importância relativa do saldo migratório para o crescimento da população portuguesa é evidenciada pelo facto de a média das taxas de crescimento da população entre 1990 e 2007 se ter situado em 0,32%, face a 0,07% e 0,25% da média das taxas de crescimento natural migratório, respectivamente (Gráfico 1).

O abrandamento do crescimento populacional está associado quer à desaceleração do crescimento migratório iniciada em 2003, quer à trajectória descendente, embora irregular, do crescimento natural que se verifica desde 2000 e que foi ligeiramente negativo em 2007. Deste modo, o crescimento da população residente neste ano deveu-se inteiramente ao saldo migratório.

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da população



Por outro lado, regista-se um envelhecimento progressivo da população, em consequência da conjugação da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade. Desde 1990 que em cada quinquénio a proporção de indivíduos com idade inferior a 24 anos na estrutura da população vem diminuindo cerca de 2,8 pontos percentuais, situando-se em 27,0% em 2007 (Gráfico 2).

A estas tendências da população estão associadas mudanças de comportamentos sociais, evidenciadas por um conjunto de indicadores. Assim e tomando como referência o início da década anterior, verifica-se que o número de casamentos tem vindo a diminuir continuamente, enquanto que o número de divórcios tem vindo a crescer, de forma mais moderada entre 2003 e 2006, mas de novo acentuada em 2007 (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Efeitos na estrutura etária

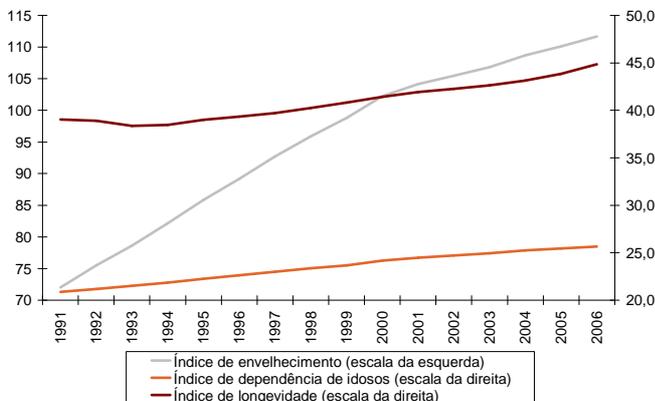
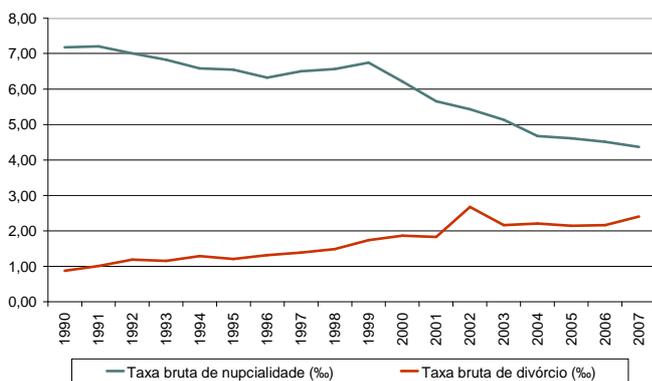
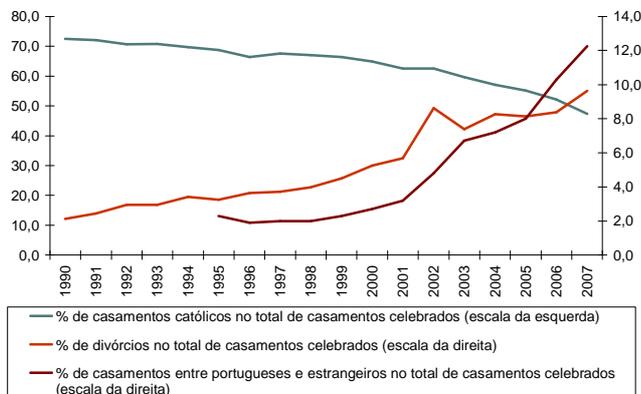


Gráfico 3 – Taxas de nupcialidade e de divórcio



O número de casamentos católicos celebrados tem acompanhado, com variações mais intensas, a tendência dos casamentos celebrados. Por outro lado, a proporção de casamentos entre estrangeiros e portugueses tem vindo a aumentar, situando-se em 12,3% em 2007, mais do que quintuplicando o peso que se verificava em 1995 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Casamentos e Divórcios



Continuou a aumentar a média das idades quer das mulheres quer dos homens à data do primeiro casamento, e também a média da idade das mulheres ao nascimento do primeiro filho (Gráfico 5). Por seu turno, o número de nascimentos fora do casamento aumentou, representando 33,6% do total em 2007. Manteve-se em diminuição a taxa de fecundidade na adolescência (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Indicadores de nupcialidade e de natalidade

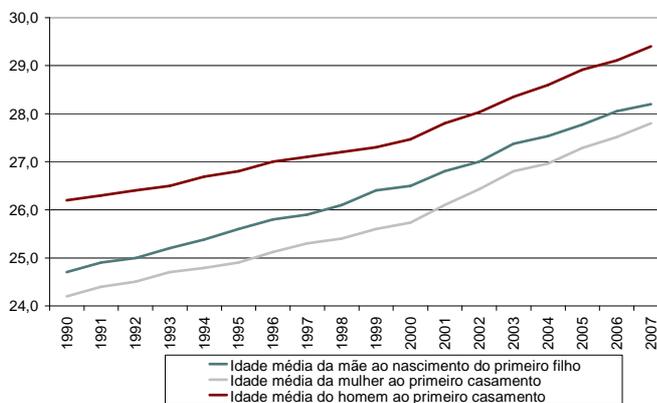


Gráfico 6 – Indicadores de natalidade

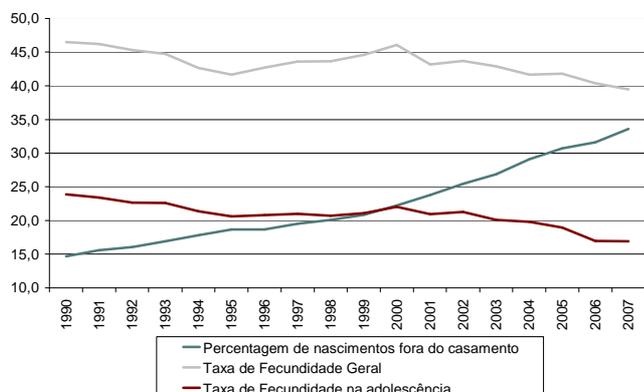
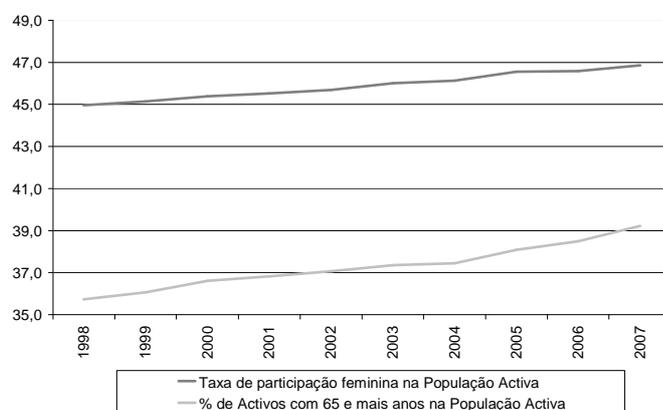


Gráfico 8 – Indicadores de composição da População Activa



Enquadramento socioeconómico

População activa, emprego e desemprego

Em 2007 a taxa de actividade continuou a aumentar (Gráfico 7), devido principalmente ao aumento da população feminina no mercado de trabalho, possivelmente ao adiamento da entrada na reforma e à dinâmica dos fluxos migratórios (

Gráfico 8). Em paralelo com esta tendência, perceptível ao longo dos últimos dez anos, verificou-se um incremento na qualificação da força de trabalho, avaliada pelo grau de escolaridade: entre 1998 e 2007, a um aumento da população activa total na ordem de 520 mil indivíduos correspondeu um aumento de cerca de 630 mil de indivíduos tendo pelo menos o ensino secundário concluído (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Níveis de escolaridade completa da População Activa

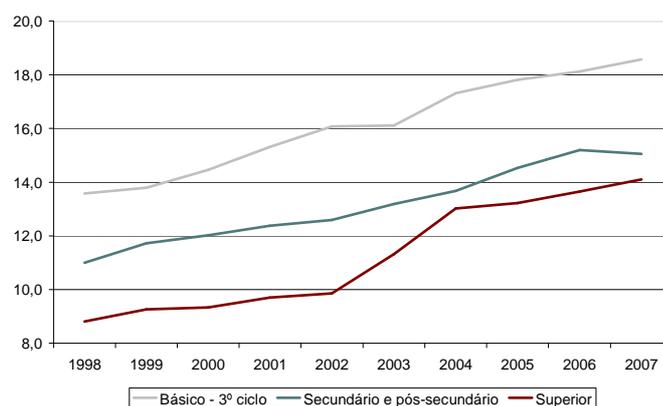
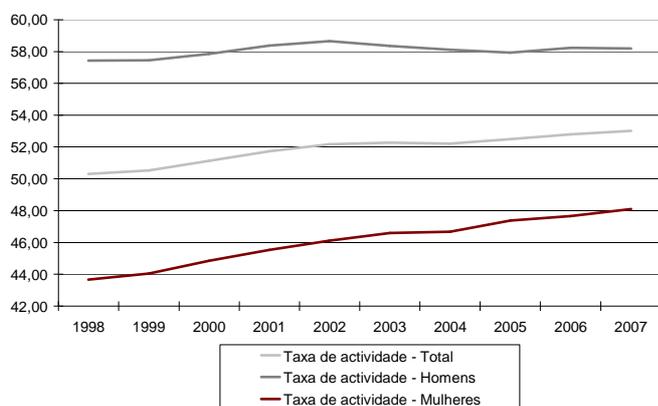


Gráfico 7 – Taxas de actividade



O emprego aumentou em 2007, embora menos intensamente do que no ano precedente. De um total de 10,2 mil empregos criados, cerca de 40,0% corresponderam a empregos por conta de outrem, tendo ocorrido uma diminuição de cerca de 67 mil contratos sem termo. A parte restante resultou de um aumento do emprego por conta própria (Gráficos 10 e 11). Por outro lado, aquele aumento global de 10,2 mil empregos correspondeu a uma diminuição do emprego a tempo completo (-33,3 mil empregos) e a um aumento do emprego a tempo parcial (43,5 mil empregos). Por faixas etárias, a criação de emprego verificou-se na população com idade entre 35 e 44 anos e, sobretudo, com idade igual ou superior a 45 anos. Nas faixas etárias de 15 a 24 anos e de 25 a 34 anos verificou-se uma diminuição da população empregada. Considerando

um período mais longo, observa-se que desde 1998 houve um aumento de 326 mil indivíduos na população empregada, embora mais de 90,0% do qual até 2002. Para o período mais longo, o aumento do emprego concentrou-se também nas faixas etárias mais elevadas (Gráfico 12). Em 2007 a população empregada situou-se em 5 170 milhares de indivíduos, atingindo o valor mais elevado desta série iniciada em 1998.

Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do emprego

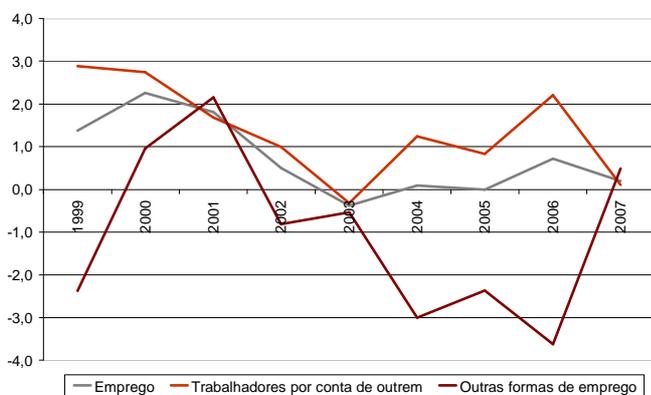


Gráfico 11 – Taxas de variação anual (%) do emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato

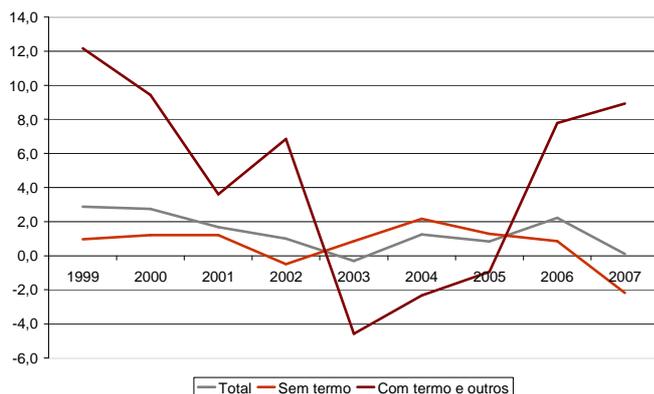
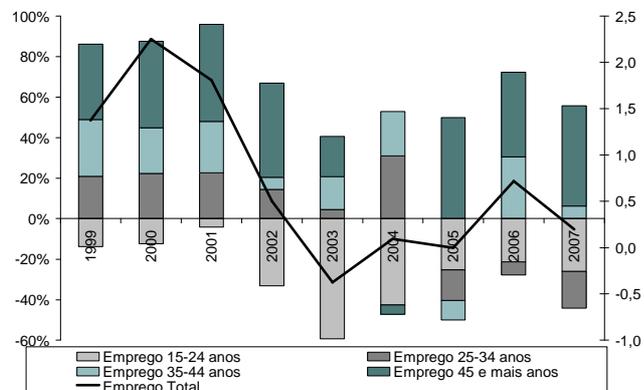


Gráfico 12 – Contribuições (%) do emprego por faixas etárias para a taxa de variação anual do emprego total



O desemprego aumentou em 2007, sendo que mais de 89,0% do aumento absoluto se concentrou na população feminina e correspondeu a um acréscimo do desemprego de curta duração. O desemprego de longa duração reduziu-se, passando a representar 48,9% do total (Gráfico 13). O nível de desemprego foi da ordem de 448,6 mil indivíduos, a que correspondeu a taxa de desemprego de 8,0%, ultrapassando pela primeira vez a média europeia (Gráfico 14).

Gráfico 13 – Desemprego feminino e de longa duração

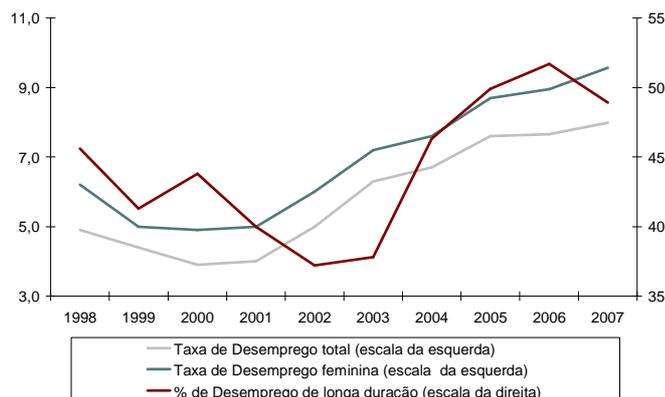
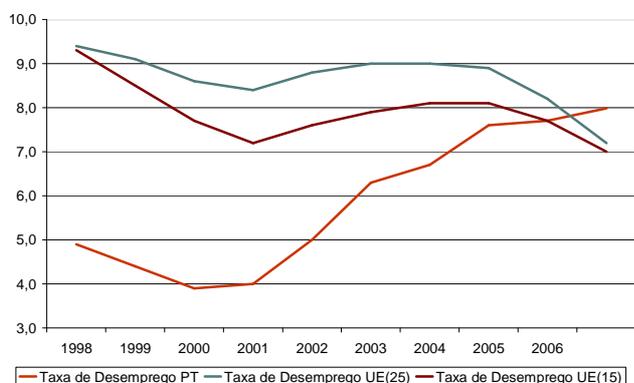


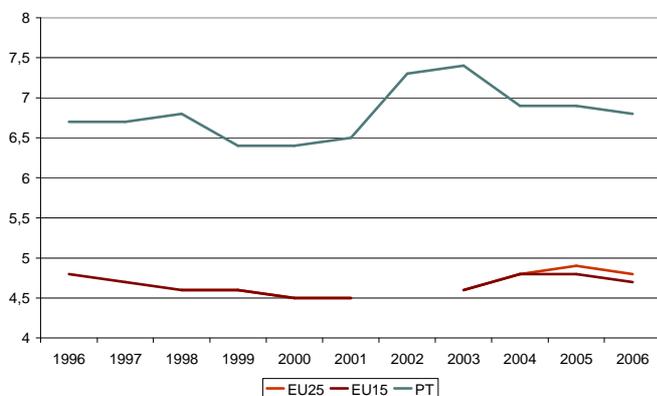
Gráfico 14 – Taxa de desemprego em Portugal, na UE25 e na UE15



Rendimento e condições de vida das famílias

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento de 2006, o rendimento monetário líquido equivalente de 20% da população com maior rendimento era 6,8 vezes superior ao rendimento de 20% da população com menor rendimento (4,8 na UE(25 (Gráfico 15).

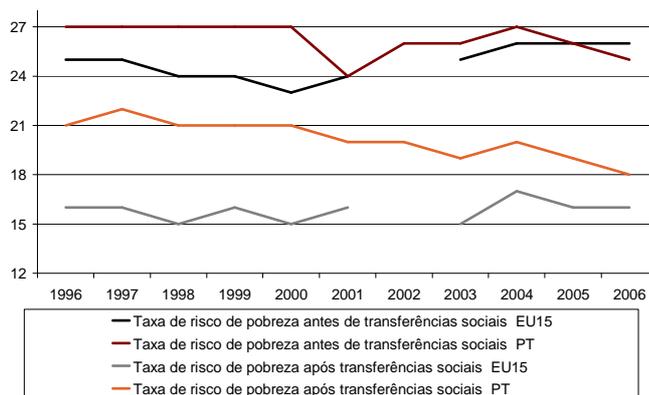
Gráfico 15 – Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)



Segundo os dados do mesmo inquérito, o risco de pobreza, avaliado pela proporção de população com rendimento monetário líquido equivalente abaixo de 60% do rendimento mediano, situava-se em 18% (Gráfico 16), um valor que denota uma ligeira melhoria face aos resultados de 2005 e de 2004 (19% e 20%, respectivamente). Sublinhe-se a importância das transferências sociais em sentido estrito, sem as quais a taxa de risco se situaria em 25% (26% em 2005 e 27% em 2004). O risco de pobreza da população apresentava diferenças de acordo com o género (não muito signifi-

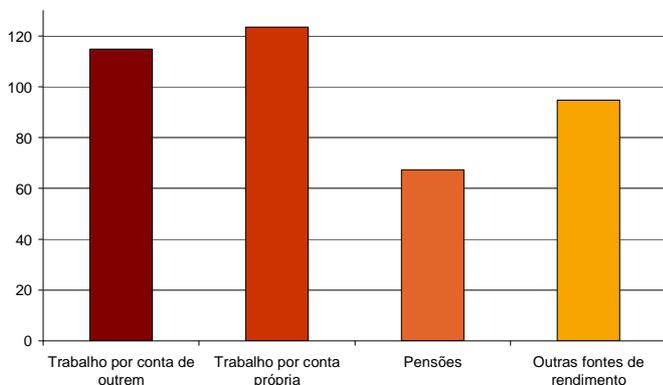
cativas), a idade dos indivíduos (muito acentuadas nos idosos), a composição do agregado familiar (penalizando os agregados mais numerosos e as famílias com um adulto e crianças), a condição perante o trabalho (penalizando o emprego por conta própria) e a intensidade laboral dos membros não dependentes do agregado.

Gráfico 16 – Taxa de risco de pobreza



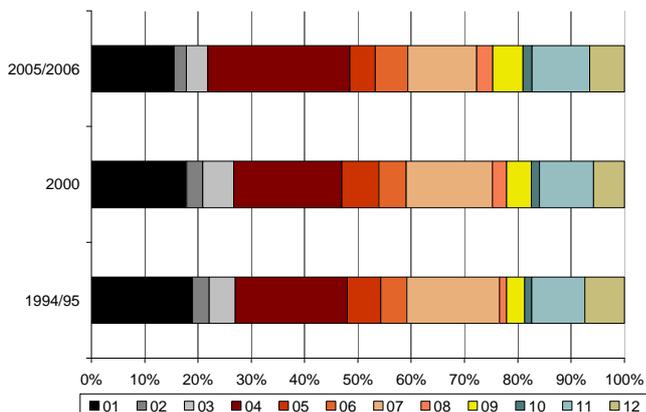
Segundo o Inquérito às Despesas das Famílias 2005/2006, os agregados cuja principal fonte de rendimento era constituída por transferências sociais ou pensões tinha uma despesa inferior à despesa média do conjunto de agregados em cerca de 26 a 33 p.p. O estrato dos agregados cuja principal fonte de rendimento era proveniente o do trabalho por conta de outrem tinha uma despesa superior à média em 15 p.p., o do trabalho por conta própria situava-se em 24 p.p. acima e de rendimentos de propriedade e de capital estava também acima da média em 38 p.p. (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Índice de Despesa total anual média por agregado segundo a principal fonte de rendimento (total dos agregados=100)



Comparando os resultados dos inquéritos com a mesma natureza realizados em 1994-95, 2000 e 2005-06, constata-se um aumento relativo das despesas com a habitação, com a saúde e com a cultura e lazer, em detrimento das despesas em alimentação e bebidas e em transportes, nomeadamente (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Estrutura da despesa total anual média dos agregados por divisão da COICOP



Legenda

- 01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 - Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes
- 03 - Vestuário e calçado
- 04 - Habitação; água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 - Móveis, artigos de decorações, equipamento domésticos e despesas correntes de manutenção da habitação
- 06 - Saúde
- 07 - Transportes
- 08 - Comunicações
- 09 - Lazer, distração e cultura
- 10 - Ensino
- 11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares
- 12 - Outros bens e serviços

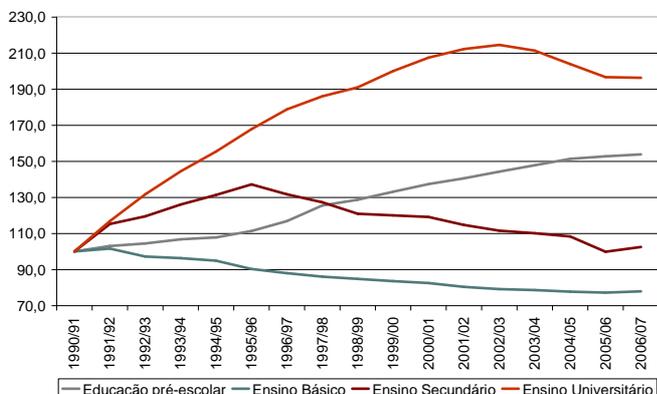
Mantém-se a tendência para a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) junto das famílias. Em 2007 mais de 48,0% dos agregados familiares possuíam computador e quase 40,0% tinha acesso à Internet (30,0% com acesso através da banda larga), quando em 2002 estas percentagens eram de cerca de 27,0% e de 15,0% respectivamente. Verifica-se também a substituição da utilização do telefone fixo (70,5% dos agregados possuíam telefone fixo em 2007 contra 75,1% em 2004) por telemóvel (87,2% em 2007 contra 79,0% em 2004).

Educação

A estrutura escolar dos últimos vinte anos foi marcada por três factores principais: em primeiro lugar, pela Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, que regulamentou a escolaridade básica obrigatória de nove anos e cujos impactos se fizeram sentir ao longo da década de 90; em segundo lugar, pela diminuição da taxa de crescimento natural da população; em terceiro lugar pela extensão da educação pré-escolar, de frequência não obrigatória e pelo reforço do ensino superior.

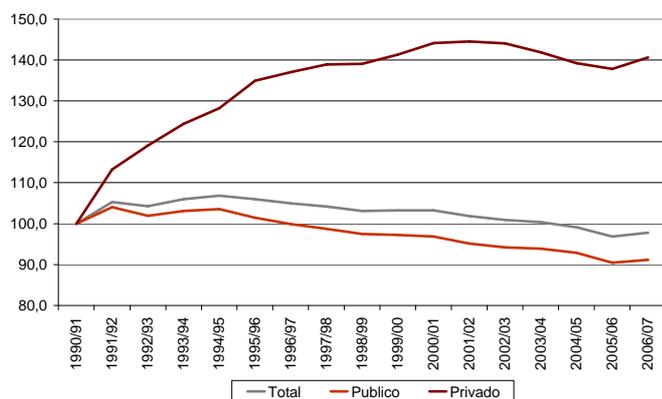
Tendo a extensão do ensino obrigatório um efeito transitório, diferentemente da diminuição da taxa de crescimento natural, verificou-se ao longo da década de 90, e acentuou-se na actual década, a diminuição da população escolar, primeiro no ensino básico e depois no ensino secundário. O ano lectivo de 2006/2007 veio a marcar uma interrupção nesta tendência, tendo-se verificado aumentos do número de inscrições na maior parte dos graus de ensino (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Índices de população escolar por tipo de ensino (1990/1991=100)



Refira-se a importância crescente, em termos relativos, do ensino privado (Gráfico 20) em todos os níveis do ensino básico e no ensino secundário, tendo os respectivos pesos, em número de matrículas, registado tendências de aumento desde 1990/1991. Ao invés, no ensino pré-escolar, a tendência foi de clara diminuição, embora tenha sido interrompida em 2006/2007. No ensino universitário, o peso do ensino privado aumentou até ao final da primeira metade da década de 90, declinando em seguida, para se situar abaixo do que se registara em 1990/1991.

Gráfico 20 – Índices de população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



Em termos do desempenho dos alunos do ensino universitário verifica-se que, entre 2000/01 e 2006/07, aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 83,3 mil) seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 22,7%). Por

outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, de um período para o outro: diminuíram as proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores, de Ciências da Educação, de Ciências Empresariais e de Direito e aumentaram as das áreas de Engenharia e Técnicas Afins e da Saúde e Serviços Sociais. Comparando a evolução dos diplomados entre 2005/06 e 2006/07, verifica-se que houve um aumento significativo na área de Engenharia e Técnicas Afins, e pequenos aumentos nas de Ciências Empresariais e Direito e de Artes (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Diplomados por área de estudo

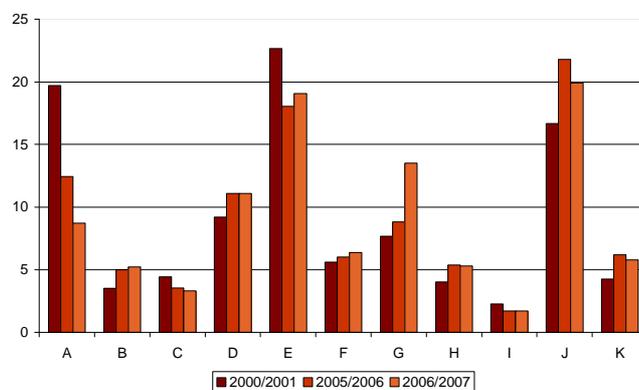
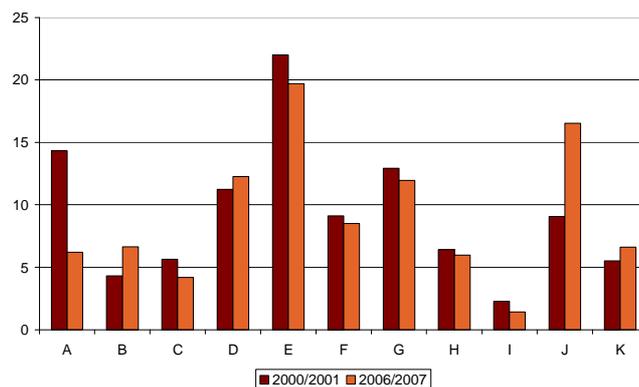


Gráfico 22 – Vagas por área de estudo



Legenda

- A – Formação de Professores/formadores e Ciências da Educação
- B – Artes
- C – Humanidades
- D – C. Sociais e do comportamento, Informação e jornalismo
- E – Ciências Empresariais, Direito
- F – Ciências da Vida, Física, Matemática e Estatística, Informática
- G – Engenharias e Afins, Indústria Transformadora
- H – Arquitectura e Construção
- I – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária
- J – Saúde, Serviços Sociais
- K – Serviços Pessoais, Transporte, Ambiente, Segurança

Saúde

A informação mais recente, em grande parte referente a 2006, aponta para um aumento dos recursos humanos na área da saúde, para uma diminuição genérica da capacidade da oferta instalada, ainda que com aumentos em segmentos mais especializados, e para uma maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Em termos de recursos humanos disponíveis, verifica-se uma melhoria contínua do rácio número de médicos por mil habitantes, que se situou em 3,6 em 2007. A mesma tendência se detecta no rácio número de enfermeiros por mil habitantes, que atingiu o valor de 5,1 no mesmo ano. O número de médicos com pelo menos uma especialidade aumentou 1,6% face ao ano precedente, um ritmo da mesma ordem de grandeza da média que se verifica desde o início da década. O aumento do número de médicos não especialistas foi ainda mais intenso, pelo que o número de médicos com pelo menos uma especialidade por cada 10 médicos não especialistas diminuiu ligeiramente, passando para 17 (Gráfico 23 e Gráfico 24).

Relativamente à capacidade de internamento, o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 36563 em 2006 (37330 em 2005), o que representa uma diminuição de 2345 face a 2000, tendo ocorrido também diminuições no número de centros de saúde (menos 103 e menos 525 relativamente a 2005 e a 2000, respectivamente). Por outro lado, aumentou para 781 o número de salas de operações nos hospitais (mais 24 e mais 55, face a 2005 e a 2000, respectivamente).

Gráfico 23 – Índices de médicos segundo a categoria

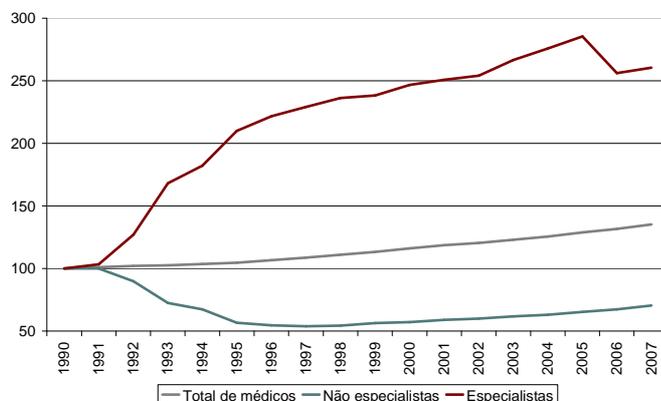
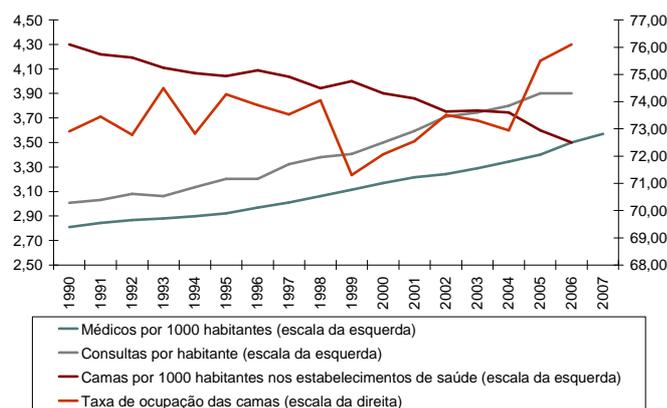


Gráfico 24 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde

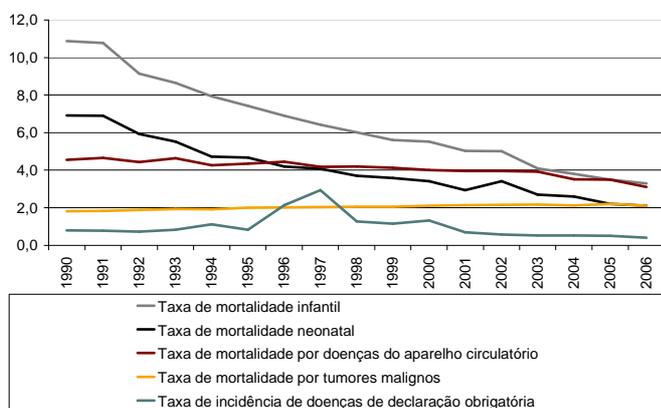


Verifica-se uma tendência geral para o aumento dos serviços prestados: retomou-se a tendência de aumento do número de grandes e médias intervenções cirúrgicas, interrompida em 2005; o número de consultas externas nos hospitais mantém também uma tendência de aumento, tendo apresentado um crescimento anual de 5,4%, um pouco acima do observado em 2005; o número de consultas nos centros de saúde acelerou em 2007, após um crescimento moderado entre 2002 e 2006, tal como já acontecera no ano precedente, mas claramente acima do resultado de 3,5 obtido em 2000.

No âmbito dos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade (Gráfico 25), sobressai a taxa de mortalidade infantil que tem vindo a diminuir de forma consistente, atingindo o valor mínimo em 2006, ou seja, 3,3 óbitos por mil nados vivos. Do total de mortes ocorri-

das em 2006, 32,2% foram provocadas por doenças do aparelho circulatório e 21,7% por tumores malignos. As taxas de mortalidade correspondentes a estas causas de morte diminuíram face ao registado no ano precedente. A primeira atingiu em 2006 o valor mais baixo, de 3,1 óbitos por mil habitantes, na linha de uma tendência de diminuição que se manifesta desde o início da década de 90. A taxa referente aos tumores malignos baixou para 2,1 óbitos em cada mil habitantes. Nos últimos três anos esta última taxa tem revelado um comportamento irregular, indeterminando a tendência de agravamento que se registava até então.

Gráfico 25 – Indicadores relacionados com a mortalidade



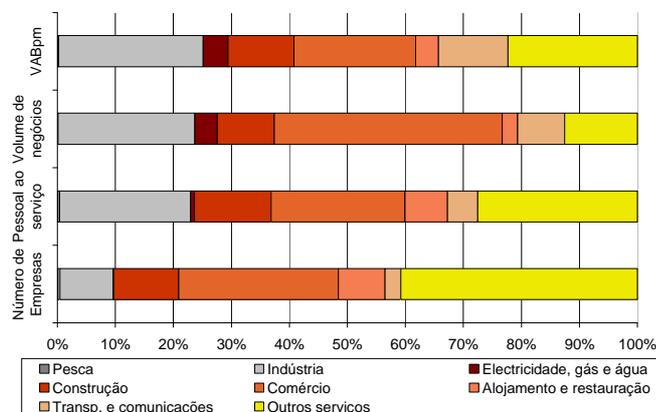
Actividade Económica

Empresas

Na estrutura empresarial a área de serviços é predominante, quer se tome em conta o número de empresas, o número de pessoas ao serviço ou o volume de negócios. Em 2006, 79,1% das empresas concentravam-se neste sector, empregando 63,2% do número de pessoas ao serviço e gerando 62,6% do volume de negócios total. Segundo as duas primeiras medidas, registou-se um reforço deste sector, embora em termos de volume de negócios a sua importância relativa tenha estabilizado. Intra-área, o sector do comércio é predominante seja qual for a medida considerada (a sua importância relativa é superior a 20,0% do total das actividades consideradas e a pelo menos 35,0% do total dos serviços). Segue-se o sector de actividades

imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, sendo também importante o sector de outros serviços (educação e saúde), quando avaliado pelo número de empresas e de pessoas ao serviço. As indústrias transformadoras continuam a ter um papel de relevo, dado o peso de mais de 23,0% e de 22,0% no total do volume de negócios e do emprego, respectivamente (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Estrutura empresarial em 2006



A estrutura produtiva continua determinada pela importância relativa das pequenas e médias empresas (Gráfico 27). Em termos gerais, a dimensão média das empresas em 2006 era de 3,4 pessoas ao serviço, o que representa uma ligeira diminuição face aos dados dos dois anos precedentes. Refira-se que nestes três anos a proporção de microempresas (empresas com menos de 10 pessoas ao serviço) no total das empresas era de mais de 95,0%, com tendência para um ligeiro aumento. Note-se que, segundo os dados dos Quadros de Pessoal do MTSS, cerca de 68,0% do emprego assalariado gerado no período de 1996 a 2006, é atribuído às empresas com menos de 50 pessoas ao serviço, 60,0% do qual em microempresas.

Gráfico 27 – Dimensão média por pessoal ao serviço

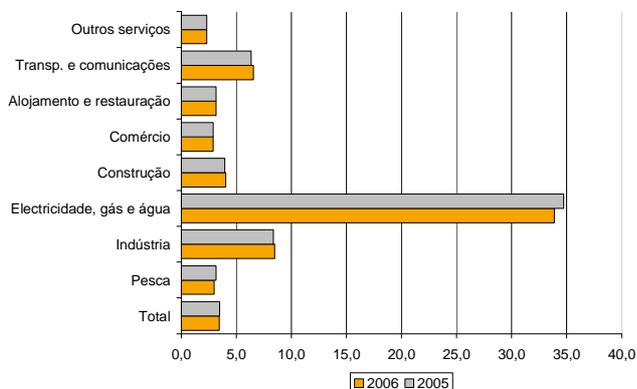
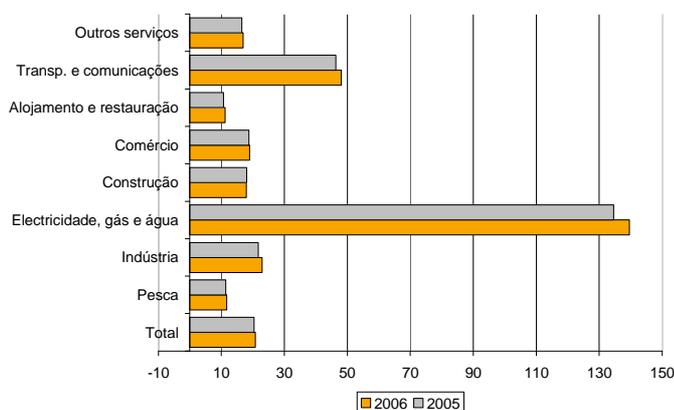


Gráfico 28 – VABpm por pessoal ao serviço (milhares de euros)



No que diz respeito às despesas e benefícios da Investigação e Desenvolvimento (I&D), e tomando em conta uma distribuição em três estratos de dimensão das empresas (que exclui as microempresas), verifica-se que a despesa em I&D é relativamente mais elevada nas empresas do escalão intermédio (50 a 249 pessoas ao serviço) e no escalão superior (250 e mais pessoas ao serviço) do que no escalão inferior (10 a 49 pessoas ao serviço), ainda que a diferença não seja muito acentuada (despesa em I&D de 2,1% contra 1,8% dos respectivos volumes de negócios). Note-se, porém, que os benefícios relativos decorrentes desse esforço são mais elevados nas empresas do primeiro escalão do que nas restantes (avaliado pelo volume de negócios obtido por cada euro despendido em I&D) (Gráfico 29, Gráfico 30 e Gráfico 31).

Gráfico 29 – Percentagem de empresas com actividades de inovação

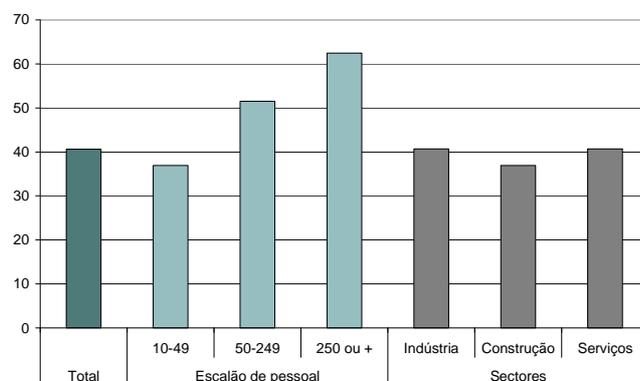


Gráfico 30 – Percentagem do volume de negócios resultante da venda de produtos novos

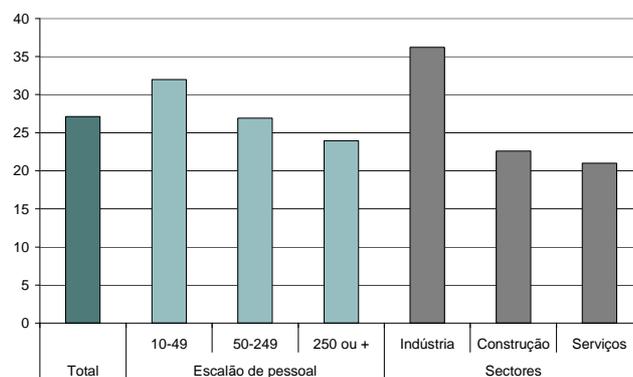
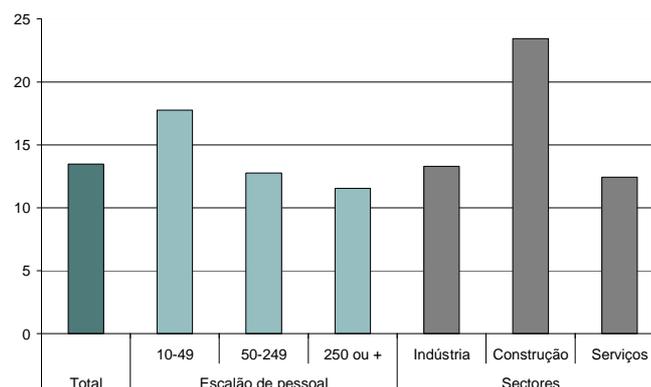


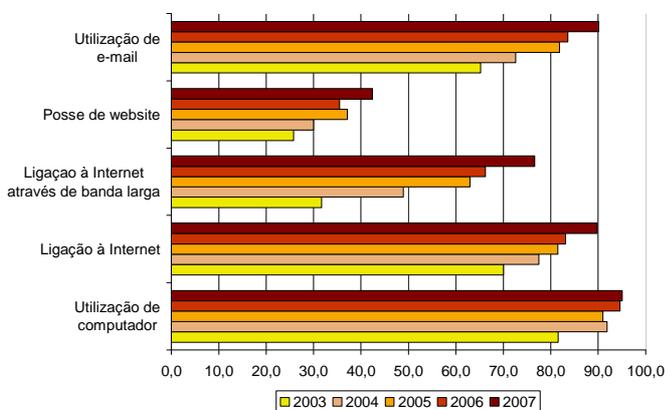
Gráfico 31 – Volume de negócios (€) por euro em I&D



De acordo com o Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Empresas, confirma-se a tendência para a plena utilização de TIC por parte das empresas (). Em 2007 mais de 95,0% das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço dispunham

de computador, quando em 2003 essa proporção era inferior a 82,0%. O acesso à Internet também atingiu uma ampla cobertura, na ordem de 90,0% em 2007 (cerca de 77,0% com acesso por banda larga), o que compara com a percentagem de 70,0% (cerca de 32,0% na banda larga) em 2003. Assinale-se ainda que 42,0% das empresas declarou ter um “website” próprio e que a larga maioria (90,0%) utiliza o correio electrónico (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Utilização de TIC (% de empresas)



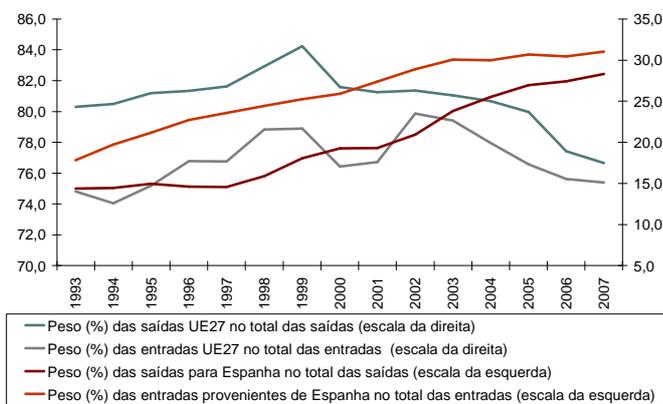
Comércio Internacional

O grau de abertura da economia portuguesa, medido pelo rácio entre o valor da soma das exportações e das importações de bens e o valor do PIB, a preços correntes, tem continuado a aumentar, atingindo 58,2% em 2007. Este rácio era de 73,8% considerando o valor total dos bens e dos serviços. A taxa de cobertura das importações pelas exportações também aumentou nos últimos dois anos, situando-se em 65,9% em 2007, considerando apenas bens e 81,5%, considerando também o valor das transacções de serviços.

A maior parte das trocas comerciais com exterior são efectuadas com os parceiros da União Europeia (UE25), mas tem-se registado uma tendência para uma maior diversificação. Nas saídas, o peso da UE25 foi na ordem de 76,7% em 2007, mas em movimento descendente desde 2000, ano em que esse peso atingira 81,6%. Do lado das entradas a tendência é semelhante, embora se tenha iniciado um pouco mais tarde, passando de 79,4%, em 2003, para 75,4%, em 2007. Contudo, as trocas com o principal parceiro comercial, Anuário Estatístico de Portugal 2007 – Edição 2008

a Espanha, apresentam uma evolução algo diferente: nas saídas, a tendência é claramente ascendente, sendo o peso em 2007 na ordem de 28,3%, face a 19,3% em 2000; nas entradas, verificou-se uma estabilização nos últimos quatro anos mas após um continuado aumento, tal que a proporção em 2007 se situava em 31,0%, 5 p.p. acima do que se verificava em 2000 (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



A estrutura do comércio por classificação económica manteve relativamente estável: os bens intermédios representaram mais de 34,0% das exportações (um pouco mais do que em 2006), seguindo-se os bens de consumo, com 27,3%; o material de transporte e as máquinas e outros bens de capital diminuíram um pouco de importância relativa, situando-se em 17,8% e em 15,7%, respectivamente. Quanto às importações, os bens intermédios e os bens de consumo representaram 28,5% e 25,6%, respectivamente, e a estrutura dos outros tipos de bens foi relativamente mais uniforme (descontando o peso residual dos outros bens não especificados).

Contas Nacionais

Em 2007, o PIB aumentou 1,9% em termos reais, mais 0,5 pontos percentuais (p.p.) do que o verificado no ano precedente. Esta aceleração foi determinada por um maior contributo da procura interna (Gráfico 34), sobretudo em consequência da recuperação do Investimento resultante da aceleração do crescimento das máquinas e equipamentos e da atenuação da quebra na construção.

Do lado da oferta (Gráfico 35), há a realçar os contributos da indústria e da construção para a aceleração do crescimento da actividade económica. Em contrapartida, a agricultura, silvicultura, caça e pesca, a electricidade, gás e água e as actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas contribuíram negativamente, se bem que no caso do último destes ramos a taxa de crescimento do VAB tenha continuado bastante elevada. Numa perspectiva mais estrutural, ao longo da década o sector dos serviços tem apresentado um crescimento médio superior ao da indústria e da agricultura, o que estará associado a uma elasticidade-rendimento relativamente mais elevada. Por outro lado, verificou-se um aumento do preço relativo dos serviços, certamente induzido pelo efeito da procura, em conjugação com uma menor abertura à concorrência externa. Os efeitos volume e preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura.

Gráfico 34 – Contributos da despesa (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)

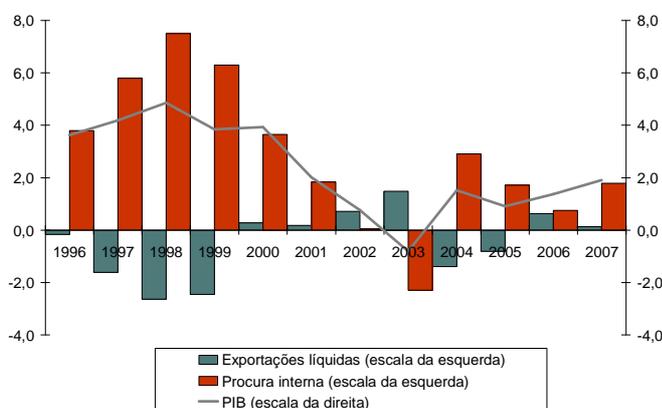
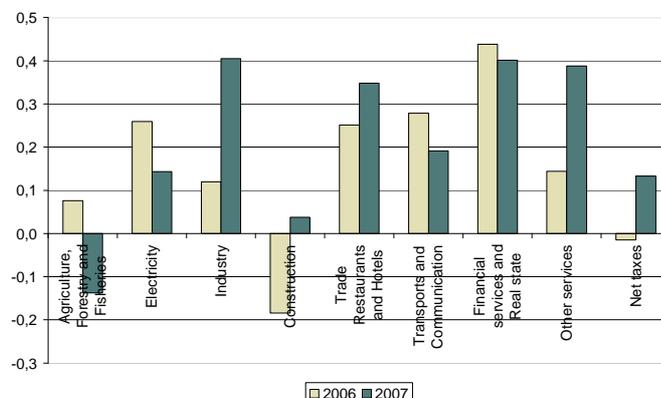


Gráfico 35 – Contributos da oferta (p.p) para o crescimento em volume do PIBpm (%)



A necessidade líquida de financiamento (equivalente ao saldo global das balanças corrente e de capital) foi acompanhando a evolução do PIB: agravou-se sucessivamente no período de maior crescimento do PIB na segunda metade da década de 90, tendo atingido 9,0% do PIB em 2000, atenuou-se em seguida com o seu abrandamento e iniciou novo agravamento com a sua recuperação mais recente. Em 2006, com o PIB a crescer 1,4%, a necessidade de financiamento representou 9,3% do PIB. Em 2007 verificou-se um desagramento devido à diminuição do défice da balança de bens e serviços (de -8,2% para -7,4% do PIB), propiciada pela melhoria de termos de troca então registada.

Os défices sistemáticos das balanças corrente e de capital foram agravando a Posição de Investimento Internacional (valor do stock de activos líquidos sobre o exterior) e impondo uma deterioração da balança de rendimentos primários (diferença entre os rendimentos recebidos e pagos ao exterior). Em 2007 o valor negativo deste saldo representava já 4,0% do PIB, impondo uma diferença do mesmo montante para o Rendimento Nacional Bruto (RNB) (Gráfico 36).

Gráfico 36 – Diferencial entre RNB e PIBpm e % da Necessidade de financiamento no PIBpm

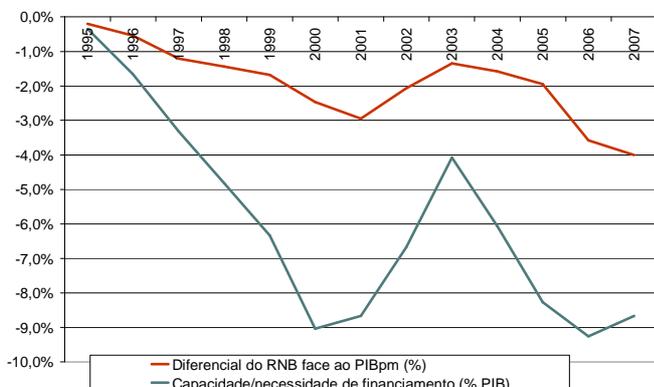
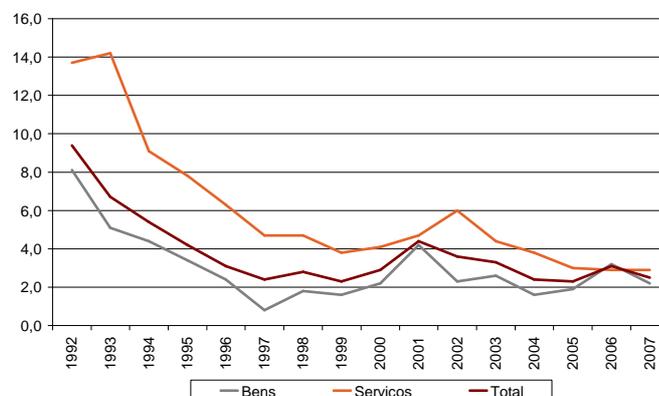


Gráfico 37 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total, do IPC de bens e do IPC de serviços

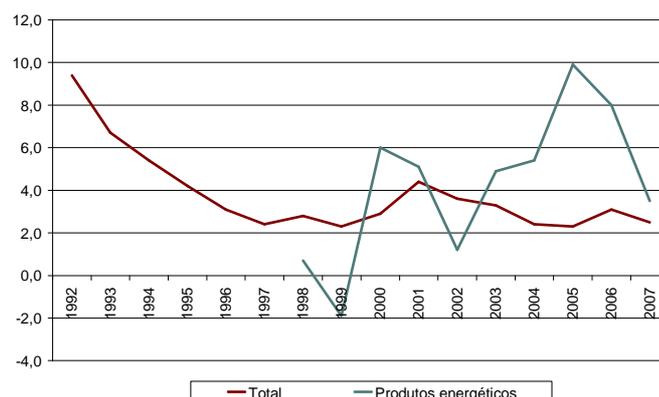


Preços

A taxa de variação do índice de preços no consumidor (IPC) foi de 2,5% em 2007, o que traduz um abrandamento de 0,6 p.p. face ao registado no ano precedente. Esta evolução reflectiu sobretudo a desaceleração dos preços dos bens importados, que apresentaram um crescimento médio anual de 1,2% em 2007, o que compara com a variação de 4,6% em 2006. Refira-se que a relativamente elevada taxa de variação registada pelo IPC em 2006 resultou em parte do efeito do aumento da taxa normal do IVA verificada no início do segundo semestre de 2005 (Gráfico 37).

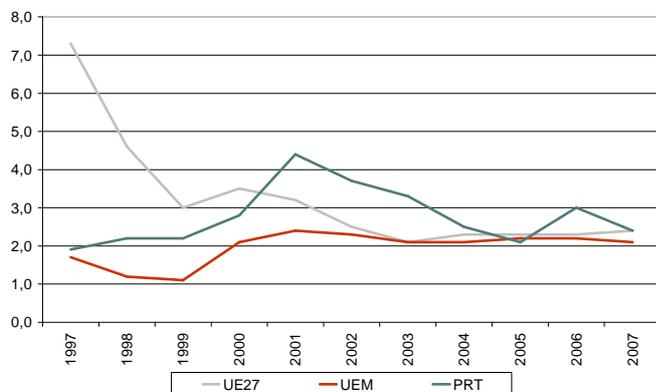
Por sua vez, o abrandamento dos preços dos bens importados foi em larga medida influenciado pelo efeito de base da significativa aceleração dos preços de bens energéticos e de outras matérias-primas ocorrido em 2006 e, em menor grau, pela apreciação efectiva do euro (Gráfico 38). A desaceleração dos preços das importações apenas parcialmente foi acompanhada pelos preços das exportações, o que permitiu uma melhoria dos termos de troca da economia portuguesa em 2007, ao contrário do que se verificara nos três anos anteriores.

Gráfico 38 – Taxas de crescimento anual (%) do IPC total e do IPC dos produtos energéticos



O abrandamento dos preços no consumidor em 2007 manifestou-se igualmente no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), cuja taxa de crescimento médio anual se situou em 2,4%, menos 0,6 p.p. que em 2006. Na zona do Euro o IHPC atingiu uma variação de 2,1%, o que representou um abrandamento de 0,1 p.p., pelo que o diferencial de inflação se reduziu (Gráfico 39).

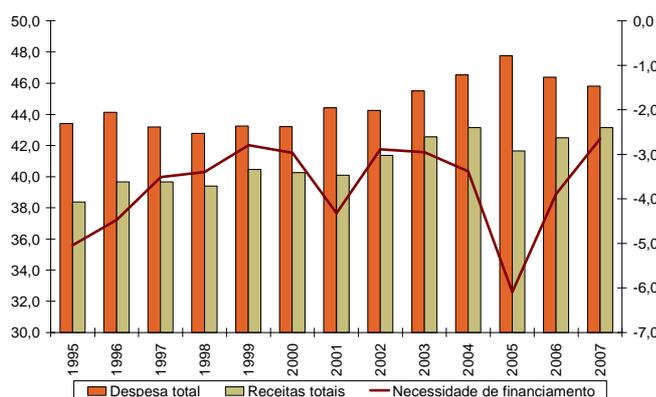
Gráfico 39 – Taxas de inflação anual (%) na UE27, na UEM e em Portugal (IHPC)



Administrações Públicas

Em 2007 voltou a assistir-se a uma redução da necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP), que passou para 2,7% do PIB menos 1,2 pontos percentuais (p.p.) do que no ano anterior. Esta evolução reflectiu simultaneamente um aumento das receitas totais de 0,7 p.p. e uma redução das despesas totais de 0,6 p.p (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Receitas, despesas e Necessidade de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)

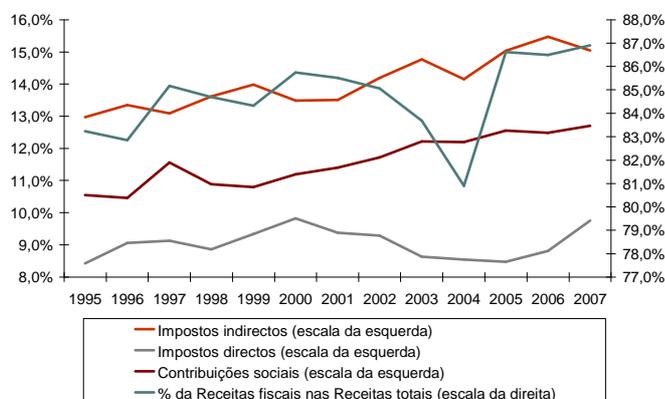


O aumento das receitas esteve sobretudo associado ao crescimento das receitas correntes (+0,9 p.p. do PIB), e, dentro destas, destaca-se o aumento da carga fiscal (0,7 p.p. no seu conjunto) (Gráfico 41). Este aumento da carga fiscal insere-se numa tendência que se verifica desde 1996, apenas interrompida em 2001 e em 2004.

Anuário Estatístico de Portugal 2007 – Edição 2008

Do lado da despesa, registaram-se diminuições tanto no total da corrente como na primária, na ordem de 0,5 p.p. e de 0,6 p.p., respectivamente (diminuições de 0,3 p.p. e de 0,5 p.p., em 2006). A menor redução na despesa corrente resulta do aumento que ocorreu nos dois últimos anos nos juros, passando este tipo de despesa a representar 2,9% do PIB, contrariando a leve mas continuada tendência descendente que se verificava entre 2001 e 2005.

Gráfico 41 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das receitas fiscais no total de receitas

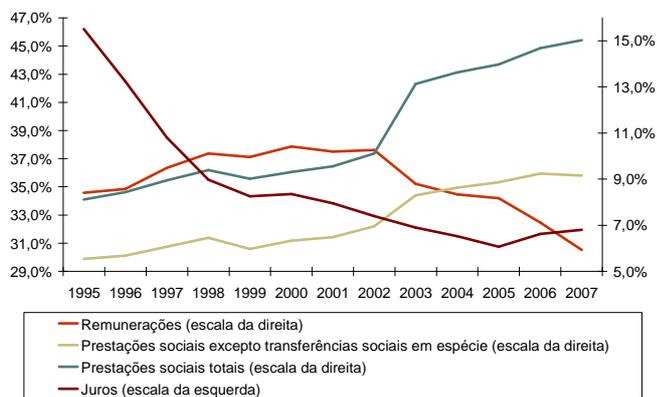


Nas despesas correntes, destacam-se as componentes de remunerações e de prestações sociais excepto transferências sociais em espécie (Gráfico 42). Na primeira componente, a contenção registada desde 2002 resulta das medidas de política tomadas, designadamente ao nível das restrições à contratação de pessoal, e das alterações na composição do sector das Administrações Públicas. Na segunda componente, a tendência crescente tem razões conjunturais associadas ao aumento do desemprego e estruturais, ligadas ao envelhecimento e longevidade da população. A conjugação destes factores determinou uma alteração da posição relativa destes tipos de despesa, passando as prestações sociais a ocupar a posição dominante a partir de 2006.

Refira-se que a alteração na composição das Administrações Públicas, implicando o pagamento de serviços agora mercantis, imporá um aumento da componente de prestações sociais em espécie, como aliás se constata no crescimento deste tipo de despesa, resultante da

primeira grande vaga da referida alteração em 2003 e que prosseguiu em 2007.

Gráfico 42 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais na despesa corrente total



Anuário Estatístico de Portugal 2007. Informação disponível até 30 de Setembro, 2008.